



EDITAL DE LEILÃO

Juizado Especial Adjunto da Comarca de São Gabriel do Oeste - MS.

Edital de 1º e 2º Leilão de bem(ns) móvel(is) e de intimação do(a)s executado(a)s), Gizeli Carneiro de Freitas, CPF/MF nº 029.852.061-38, com endereço na Rua Araçá, 266, Flor do Cerrado, CEP 79490-000, São Gabriel do Oeste-MS; e demais interessados.

Dra. Samantha Ferreira Barione, Juíza de Direito Substituta do Juizado Especial Adjunto da Comarca de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Cumprimento de sentença nº 0000126-08.2023.8.12.0043, movido por **Maria Marcilene da Silva Oliveira** contra **Gizeli Carneiro de Freitas**, em trâmite perante este Juízo e Cartório, que nos termos do artigo 880 e seguintes do CPC, e regulamentado pelo Provimento nº 375/2016 do CSM/TJMS, por intermédio do portal www.selectleiloes.com.br, o Leiloeiro Público Oficial nomeado, o Senhor **Maurício Sambugari Appolinário**, JUCEMS nº 48, levará a público pregão de venda e arrematação na modalidade de leilão exclusivamente eletrônico o(s) bem(ns) móvel(is) abaixo descrito(s), conforme condições de venda constantes neste edital.

VALOR DA CAUSA: R\$ 19.413,62 (dezenove mil, quatrocentos e treze reais e sessenta e dois centavos), atualizado até 30 de junho de 2024, conforme cálculo à fl. 91 dos autos.

1. DATAS DOS LEILÕES

No **1º Leilão**, com **início** no dia **25 de novembro de 2025** a partir das 16:00 horas (horário de Mato Grosso do Sul) e **término** no dia **28 de novembro de 2025** a partir das 16:00 horas (horário de Mato Grosso do Sul), entregar-se-á(ão) o(s) bem(ns) a quem ofertar o maior lance, em valor igual ou superior ao valor de avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação, o **2º Leilão** seguir-se-á sem interrupção, a partir do encerramento do 1º Leilão e com **término** no dia **04 de dezembro de 2025** a partir das 16:00 horas (horário de Mato Grosso do Sul), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) a quem der o maior lance, não sendo aceito lance inferior a **50% do valor de avaliação** (art. 891, § único do CPC e art. 25, § único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

2. RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 01

2.1. DESCRIÇÃO: Uma motocicleta da marca Yamaha, modelo Factor YBR 125 K, ano de fabricação/modelo 2012/2013, cor roxa, placa NRT-9B82, município de São Gabriel do Oeste - MS, chassi: 9C6KE1520D0127970, RENAVAM: 00510233813, motor: E3G9E-127985.
Observações do Oficial de Justiça Avaliador referente ao Laudo de Avaliação de fls. 100-102: "...com pneus regulares, aparentemente em bom estado de conservação e funcionamento, apresentando riscos pela lataria, registrada em nome da executada, livre e desembaraçada de ônus, tudo conforme fotos que seguem anexo."





2.2. VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 6.215,00 (seis mil e duzentos e quinze reais), conforme Laudo de Avaliação datado de 30/08/2024, às fls. 100-102 dos autos.

2.3. LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O bem encontra-se na Rua Araça, 266, Flôr do Cerrado, CEP 79490-000, São Gabriel do Oeste/MS, conforme certidão - avaliação e intimação positivas à fl. 98.

2.4. ÔNUS E DÉBITOS: Há débito perante o DETRAN/MS, referente à licenciamento do ano de 2025, no valor total de R\$ 309,40. Veículo com restrição RENAJUD de transferência. Sobre o processo não há recurso pendente de julgamento.

3. RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 02

3.1. DESCRIÇÃO: Um veículo da marca Fiat, modelo Palio Fire Flex 1.0 8V, ano 2008/2008, cor preta, placa NJC-2J52, município de São Gabriel do Oeste - MS, chassi: 9BD17164G85181435, RENAVAM: 00954154789, motor: 178F10118036695. **Observações do Oficial de Justiça Avaliador referente ao Laudo de Avaliação de fls. 103-105:** "...banco de tecido, 4 portas, com pneus carecas, com compressor de ar estragado, vidro elétrico nas portas dianteiras, com a forração das portas ruins, apresentando vários riscos pela lataria e amassados no capô e para choque dianteiro, aparentemente em regular estado de conservação e bom funcionamento, registrado e na posse da executada, livre e desembaraçada de ônus, tudo conforme fotos que seguem anexo."

3.2. VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 16.550,00 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme Laudo de Avaliação datado de 30/08/2024, às fls. 103-105 dos autos.

3.3. LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O bem encontra-se na Rua Araça, 266, Flôr do Cerrado, CEP 79490-000, São Gabriel do Oeste/MS, conforme certidão - avaliação e intimação positivas à fl. 98.

3.4. ÔNUS E DÉBITOS: Não há débitos perante o DETRAN/MS. Veículo com restrição RENAJUD de transferência. Sobre o processo não há recurso pendente de julgamento.

4. AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO(A)(S) EXECUTADO(A)(S):

Conforme consulta no E-SAJ do TJMS em 12/09/2025, consta a seguinte ação cível em nome do(a) executado(a) **Gizeli Carneiro de Freitas**, CPF/MF nº 029.852.061-38: **4.1.** Comarca de São Gabriel do Oeste/MS: **4.1.1.** Vara do Juizado Especial Adjunto: autos nº 0000126-08.2023.8.12.0043;

5. CONDIÇÕES DE VENDA:

5.1. Da arrematação pelo crédito: Caso o exequente arremate os bens e seja o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse



caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente; Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este, obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro (art. 892, § 1º do CPC);

5.2. Da participação no leilão: Para participar do leilão eletrônico os interessados deverão realizar cadastro prévio com pelo menos 24 h (vinte e quatro) horas de antecedência do leilão, conforme instruções contidas em: www.selectleiloes.com.br; O cadastro é gratuito, sendo requisito indispensável para participar do leilão, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações prestadas, bem como, implicando na aceitação integral das regras deste edital; podem oferecer lances quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas no art. 890 do CPC (art. 13 e art. 14 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

5.3. Do pagamento da arrematação e da comissão: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do término do leilão, mediante guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela SELECT LEILÕES; bem como, a comissão do leiloeiro, de 10% (dez por cento) sobre o valor da arrematação, via boleto na rede bancária, ou transferência eletrônica por DOC ou TED, na conta corrente da empresa gestora de leilões eletrônicos: SELECT LEILÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº 26.186.044/0001-41, Banco Bradesco, Código do Banco nº 237, Agência nº 5247, Conta Corrente nº 374494-9.

5.4. Da arrematação livre de ônus: Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, § único do CTN e art. 908, § 1º do CPC);

5.5. Da arrematação na modalidade parcelada: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição por valor que não seja considerado vil. Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895 do CPC);

5.6. Do estado de conservação do(s) bem(ns): O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições (art. 18 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);



5.7. Da perfectibilização da arrematação: Assinado o Auto de Arrematação, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que sejam julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no art. 903, caput e §1º do CPC. Havendo interposição de Embargos à Arrematação, o Juiz poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do bem até julgamento do recurso;

5.8. Da entrega do(s) bem(ns): A ordem de entrega do bem móvel somente será expedida após o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante. São de incumbência do arrematante as despesas e providências relativas à transferência do bem móvel arrematado para o seu nome. Para transferência do bem, será expedida pelo cartório da vara responsável a respectiva carta de arrematação e mandado de entrega, a ser cumprido por oficial de justiça, acompanhado pelo arrematante ou pessoa que o represente legalmente;

5.9. Da desistência da arrematação: Conforme art. 903 do CPC, o arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvidos os depósitos que tiver feito: se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º; uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem;

5.10. Dos lances: Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro, imediatamente divulgados on-line, viabilizando a preservação do tempo real das ofertas, não admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. Para haver o encerramento do leilão, este deverá permanecer por três minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados possam ofertar novos lances (art. 24 e art. 27 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

5.11. Das penalidades: Caso o arrematante não efetue os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para apreciação do magistrado, na forma do art. 895, § 4º e 5º, do art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do CPC. O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais



eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (conforme art. 31 e art. 32 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

5.12. Do acordo e da remissão: Em caso de pagamento do débito pelo devedor ou homologação de qualquer tipo de acordo, após a abertura da colheita de lance para o primeiro pregão, com suspensão do leilão, a comissão estabelecida em favor do leiloeiro (10%) será devida sobre o valor do pagamento ou do acordo. Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remissão após a realização da alienação será devida pelo(s) executado(s), ao Leiloeiro Oficial, a comissão de 10% (dez por cento) sobre o valor de alienação. (Conforme decisão de fl. 109 e art. 10, § 3º do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

5.13. Das situações em que será devida a comissão do leiloeiro: A comissão será devida pelo arrematante ao leiloeiro público no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016); Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial na hipótese de desistência abordada no art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (art. 10, § 1º do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016); A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro;

5.14. Dos esclarecimentos: No escritório do leiloeiro, localizado na Rua da Paz, 1043, Jardim dos Estados, CEP 79020-250, Campo Grande - MS, ou pelo e-mail contato@selectleiloes.com.br, site www.selectleiloes.com.br e fone (67) 99968-8185.

Caso o executado não possua advogado constituído nos autos para intimação por publicação no Diário de Justiça e não seja encontrado para intimação pessoal (art. 889 do CPC), fica o mesmo ciente da realização do leilão por meio do presente; e para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo.

São Gabriel do Oeste - MS, 22 de outubro de 2025.

Samantha Ferreira Barione
Juíza de Direito
(assinado com certificação digital)